

Apresentação

Elder P. Maia Alves

Não foram poucas as tensões e contendas vividas pelo Ministério da Cultura e todo o sistema federal de cultura durante o primeiro governo Dilma (2011-2014). Mudanças de ministros, cortes orçamentários, atrasos de repasses, contingenciamentos, interrupções de programas e ações já consolidadas, greves de servidores, entre outros. Esses aspectos vicejaram desalento, mas também, simultaneamente, muita mobilização político-cultural. Talvez tenha sido esse um dos aspectos que mais definem o período em tela. Embora seja um Ministério dotado de pouca envergadura financeira e reduzida capacidade operacional, a luta político-cultural – desencadeada e potencializada nos governos Lula – se consolidou, tendo o Ministério da Cultura e seu sistema político-administrativo como o centro irradiador e, ao mesmo tempo, repositório das disputas em torno da definição dos significados de cultura, das ideias, dos valores e dos projetos de cultura, identidade, diversidade, pertencimento, pluralidade, territorialidade, imaterialidade, reconhecimento, dignidade e também dos modelos de financiamento que viabilizam determinados valores e princípios. Entre 2011 e 2014 a disputa pelo sentido geral da cultura como esfera de ocupação ativa e território de produção de novas narrativas indenitárias se cristalizou. Com efeito, os movimentos culturais são, necessariamente, movimentos sociais identitários (étnicos, geracionais, religiosos, sexuais, regionais e raciais) e

politizam a cultura como só agora é possível fazer, entrincheirando os órgãos e instituições e produzindo conteúdos nos mais diversos meios e suas múltiplas mediações.

É justamente buscando capturar a textura da politização e ampliação política dos movimentos culturais, que este dossiê é inaugurado. O trabalho de João Domingues e Guilherme Lopes faz um percuciente trajeto em torno das relações entre legislativo e executivo tendo como norte as coalizões político-partidárias e os interesses em torno das políticas culturais e os seus principais órgãos executores. Trata-se de uma síntese histórico-política imprescindível. O segundo trabalho, elaborado por Elder Maia Alves, tem como ambição demonstrar que, em que pese às idas e vindas, o governo Dilma incorporou uma nova agenda econômico-cultural no interior do ambiente estatal brasileiro. Essa agenda escapa à atuação do Ministério da Cultura, se espraia por bancos, Universidades, institutos de pesquisa, agências de desenvolvimento local, secretarias de desenvolvimento, entre outras. Para demonstrar tal penetração, o autor busca examinar a expansão geral dos mercados culturais nos últimos anos e as novas justificações empresariais e econômicas surgidas em torno das políticas culturais. O trabalho de Miqueli Michetti joga ainda mais água nesse moinho, ao demonstrar a lenta e contundente inserção da moda e sua ramificada cadeia produtiva no interior do sistema MINC. Em seguida, o trabalho de Déborah Lima é um excelente termômetro empírico, posto que desvela as contingências, continuidades e rupturas vividas pelas políticas culturais durante os quatro primeiros anos do governo Dilma. A autora se debruça sobre aquela que, talvez, seja, no Brasil, a principal ação político-institucional de cunho cultural das duas últimas décadas, o Programa Cultura Viva, recentemente convertido em lei federal. A cuidadosa descrição da autora, aliado ao domínio das fontes e dos dados, faz desse trabalho uma referência incontornável. Já o artigo de Daniele

Dantas tem como objeto um dos aspectos mais candentes do debate contemporâneo acerca das políticas culturais, qual seja: a dificuldade de disseminação, manejo e definição metodológica dos dados quantitativos e dos indicadores utilizados para construir, justificar e gerenciar as políticas culturais no Brasil. Poucos trabalhos fornecem subsídios e elementos empíricos que permitam uma compreensão tão ampla e rigorosa desse aspecto. Na sequência do material presente neste dossiê, o trabalho de Thais Marinho revela-se original, pois tem como desiderato situar as políticas de demarcação dos territórios rurais para os grupos étnicos quilombolas no interior das injunções macroeconômicas brasileiras no decurso da última década. Por sua vez, o texto tecido por Greciane Maciel é bastante elucidativo e instrutivo. A pergunta que subjaz ao seu esforço de síntese histórico-documental é a seguinte: qual a direção político-institucional que o tema do patrimônio imaterial assumiu nos últimos quinze anos? Sintética e municiada de dados e informações, a autora explora ainda o panorama do Estado de Alagoas, que lhe serve de guia para pensar o processo recente de institucionalização e implementação das políticas destinadas à valorização e salvaguarda do patrimônio imaterial brasileiro. Por fim, o dossiê brinda o leitor com uma fecunda e percuciente entrevista, concedida pelo antropólogo, produtor cultural e jornalista Hermano Vianna. Na conversa mantida com os pesquisadores Felipe Sussekind, Fernando Lima Neto e Jonas Lana, Hermano contribui para desafiar as frágeis e porosas fronteiras simbólico-culturais, muitas delas criadas e sustentadas pelo senso comum acadêmico e pelo que chamou (muito apropriadamente) de políticas anti-culturais.

Com efeito, cumpre assinalar que os textos aqui reunidos exploram objetos e fenômenos que compõem o já dilatado espectro de temas sobre as políticas culturais no Brasil, sem, contudo, ignorar que outros caminhos poderiam ser aventados e explorados.